



Para uma visão não-instrumental e mercantil da cultura

*Danilo Santos de Miranda**

Resumo – A cultura, entendida como patrimônio público e condição de cidadania, precisa sobreviver independente dos mecanismos de mercado e do processo de globalização. Essa assertiva tem orientado as preocupações em várias partes do mundo sobre a proteção da diversidade, fundamental para a identidade dos povos. De acordo com as características de nossa realidade, novas políticas culturais no Brasil devem ser implementadas a partir do valor simbólico, levando em conta o enfoque histórico e como expressão popular do conjunto de manifestações existentes, tradicionais ou contemporâneas. A experiência do Sesc-São Paulo, uma entidade de caráter privado com missão pública, indica como é possível atuar em direção à cultura, empregando formatos e conteúdos que privilegiem objetivos socioeducativos dirigidos às comunidades atendidas.

Palavras-chave: diversidade cultural; cidadania; ação cultural; Sesc-São Paulo.

Trataremos da importância do caráter ou da natureza pública das políticas culturais. Daremos destaque: à valorização da diversidade cultural como condição para a cidadania; à democratização de formas artísticas e de acesso do público; à proteção das manifestações artístico-culturais ligadas à história e identidade dos povos; ao Sesc-São Paulo e sua atuação singular no panorama da cultura e da educação; ao fomento às iniciativas culturais de organizações ou empresas privadas.

Temos participado de encontros, seminários e conferências, eventos que traduzem uma

ampla preocupação com questões do incentivo e proteção cultural nos contextos local e global, na esfera pública e privada. E é com base nessa experiência que analisaremos os tópicos em destaque.

A velocidade das transformações de comunidades, hábitos e culturas têm nos mobilizado para o presente e para o futuro. Com base nisso, o Fórum Cultural Mundial, realizado em São Paulo em 2004, agregou reflexões sobre a criação artística e seus criadores e as relações estabelecidas entre produção cultural dos hemisférios Norte e Sul, além dos efeitos gerados

* Filósofo e Cientista Social. Diretor do Departamento Regional do Sesc-SP, Conselheiro do MAM-SP, da Fundação Itaú Cultural, do MASP e do Art for the World - Suíça, Vice-presidente da FISpT, membro do CONSEA e Diretor do International Institute for Cultural Enterprise/ EUA. E-mail: danilo@sescsp.org.br.



pela globalização neoliberal. De um lado, essa efervescência indica novas possibilidades de valorização da cultura como meio e como fim; e, de outro, indica caminhos para a garantia da capacidade civilizadora e educativa das culturas.

A proteção da diversidade

A questão do patrimônio artístico e cultural e sua relação com o mercado seguem duas tendências básicas.

A primeira, é a de que há um conjunto de justificativas que entende a proteção da diversidade cultural como primordial na construção e manutenção das identidades e na memória/imaginário dos significados sociais. Segundo essa abordagem, as criações que fazem parte dessas identidades devem estar acessíveis, seja por meios educativos, seja por formas subvencionadas pelas políticas públicas, já que devem ter autonomia perante o mercado.

A segunda, os produtos culturais e artísticos tendem a ser oferecidos como bens de consumo, especialmente diante das tendências centralizadoras da globalização. De acordo com a lógica comercial, importa menos preservar conteúdos e formas culturais originais, sendo usual adaptá-las aos padrões que regem a lógica de mercado.

Essas visões antagonicas, de um lado a preservação, de outro, a exploração comercial das culturas, parecem configurar o centro do problema das políticas de natureza pública.

Pensemos, por exemplo, nos apelos do mercado diante da confecção de peças artesanais de determinada comunidade. O ritmo imposto pela lógica do mercado pode alterar irreversivelmente os padrões de sobrevivência daquele grupo. Em alguns casos, o abandono da economia de subsistência original e a substituição pela produção comercial comum, expõem a comunidade ao empobrecimento e ao distanciamento de modos materiais e simbólicos próprios à manutenção do grupo.

A banalização dos produtos culturais e artísticos, tão evidenciados pelas indústrias culturais da sociedade de massas, parece emergir de modo diferenciado na era da globalização.

Já não é possível concebermos os processos globais de dominação a partir de um único centro sobre periferias, o que marcou no passado o imperialismo norte-americano. Hoje a dominação parece se dar por meio de vários centros interdependentes.

A complexidade que envolve a atualidade da vida social nessa era pós-moderna destaca a importância crescente do papel das culturas, por meio de maior produção, fusão e mistura de traços e elementos, mantidos separados e preservados no passado.

Essa diversidade cultural, presente na realidade brasileira, tem, passo a passo, adquirido legitimidade, à medida que a circulação dos produtos culturais assume, pelas novas tecnologias, novas configurações, híbridas e re-significadas.



No mundo, também a diversidade cultural tornou-se uma das preocupações de Estados, nações e instituições internacionais, porque entre outras tendências, o processo de globalização parece integrar culturas transformando-as, como concluiu Mike Featherstone (1995), numa “vitrine mundial das culturas”, na qual as diferenças entre elas serão apenas mais um atrativo no mercado comercial dos bens simbólicos.

O mercado da arte, como se convencionou chamar, é parte desse mercado simbólico em transformação, no qual as obras recebem valor não apenas monetário, mas de significados. São essas relações de compra e venda regulares e de valores estéticos estabelecidos que caracterizam o mercado da arte.

No entanto, expressões artísticas importantes são excluídas desse mercado, mesmo tendo grande valor cultural. Nesse sentido, políticas públicas ou iniciativas de natureza pública devem estar atentas para os significados culturais de certas expressões, de modo a serem criadas alternativas de valorização e circulação.

Como exemplo, o Sesc-São Paulo promove há mais de quinze anos a Bienal de Arte Naïf, porque entende que é preciso destacar essa manifestação de grande valor cultural popular. O mesmo vale para outras ações implementadas, dentre as quais, os eventos temáticos sobre música regional e cultura caipira; e as exposições e mostras que apresentam resultados de pesquisas sobre artesãos populares, e, ainda, de pensadores de nossas culturas, como Mário de Andrade.

Contudo, não pretendo afirmar que uma obra com valor cultural ou político deva excluir outra com valor de mercado. Creio que a convivência entre ambas é possível, desde que existam mecanismos de difusão e proteção pública de expressões artísticas, sobretudo populares.

Nesse sentido, o papel desempenhado pelo Estado é fundamental. É por esse intermédio que as alternativas são transformadas em medidas oficiais e podem garantir, por exemplo, uma economia solidária com formação de cooperativas de artistas e artesãos. Nessa perspectiva democrática, novos financiamentos de natureza pública beneficiariam a manutenção, a diversidade e o acesso ao patrimônio cultural e artística no Brasil.

As iniciativas privadas devem ser estimuladas, permanentemente, a promover projetos independentes do valor de mercado e a comprometer-se com a importância simbólica, histórica e popular, desatrelando-se dos interesses gerados pelas leis de renúncia fiscal, o que, aliás, sobrevive na base de uma urgente revisão.

Acesso e democratização das formas artísticas para a diversidade cultural

Muitos conhecem a ação cultural do Sesc e podem concordar sobre o tratamento que dispensamos às atividades oferecidas ao público, sejam as ditas eruditas, sejam elas populares. Até porque a ação do Sesc é híbrida e em seus centros convivem atividades de arte, cultura,



saúde, educação ambiental e desenvolvimento físico desportivo.

A mesma qualidade e dignidade na produção de um espetáculo internacional de teatro, por exemplo, com equipe técnica, equipamentos de luz, áudio, etc..., é oferecida para outra apresentação de teatro, por exemplo, de uma ONG com objetivo social.

Essa igualdade de oportunidades para diversas expressões artístico-culturais, que valoriza tanto o erudito quanto o popular, tanto o tradicional quanto o moderno, ou pós-moderno, marca a política de ação cultural do Sesc.

A política para o acesso do público às obras culturais e artísticas, democratiza o contato com produções, que do contrário ficariam restritas exclusivamente aos que foram educados para reconhecer sua importância (elite).

Essa oferta, no entanto, deve prever custo acessível ou subsidiado, bem como estímulo para participação renovada de público. Como exemplos, os cursos de música instrumental ofertados na periferia de São Paulo, espetáculos teatrais em áreas não convencionais, parques, centros desportivos, quando há falta de espaços e instalações para a prática de atividades físicas, culturais e de lazer.

A política para o acesso a produções culturais e artísticas de qualidade traduz-se por um conjunto de pequenas e grandes atitudes de inclusão. São dispositivos de educação presentes no bom atendimento para informações, na

recepção, na sala de espetáculos, nas oficinas, nos espaços de convivência e sociabilidade que agregam diferentes interesses pessoais.

Iniciativa privada com missão pública

Mais a título de entendimento da política de ação educativa e cultural desempenhada pelo Sesc, particularmente em São Paulo, vale destacar que sua política é abrangente, portanto pode ser definida como sociocultural, uma vez que implementa programas para públicos variados e com objetivos culturais, sociais, desportivos e artísticos próprios. Cada unidade do Sesc configura um centro que oferece um conjunto de atividades esportivas, artísticas, de lazer e cultura. Essa opção em si já espelha os fundamentos de sua política cultural. Mas, vale lembrar que essa condução na proposta da instituição transformou-se ao longo das décadas.

O Sesc foi criado em 1946. Diante da nova ordem econômica do pós-guerra, o Brasil atravessava profundas transformações na economia agrária e avançava no processo de urbanização das cidades, preparando-se para os novos rumos de sua industrialização e para o crescimento de seu mercado interno no consumo dos bens produzidos. Para essa expansão, no entanto, eram imprescindíveis a formação de quadros e a qualificação da mão-de-obra, tanto para a indústria, quanto para o comércio.

Assumindo o compromisso em defesa da “paz social” diante de diversas tensões, os



empresários da indústria e do comércio propuseram uma união nacional com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais, criando condições para a melhoria de vida dos trabalhadores, numa parceria singular com o Estado. Foram criadas as entidades Sesc (Serviço Social do Comércio), Sesi (Serviço Social da Indústria) e Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial).

Pode-se resumir a trajetória histórica do Sesc em quatro etapas: a) assistencial, marcada por ações de atendimento nutricional, médico, odontológico, de orientação puerinatal e atuação para o lazer do trabalhador; b) orientação social e comunitária, traduzida por planejado trabalho de ação móvel em comunidades do interior de São Paulo, em cidades que não dispunham de unidades do Sesc; c) de expansão física das unidades e ênfase nos aspectos educativos do lazer voltado ao trabalhador; d) política de ações socio-culturais, com ênfase na diversidade, que se mantém até a atualidade.

Na atualidade, o Sesc faz novas opções, o que levou a instituição ao destaque obtido no panorama do incentivo à cultura brasileira e suas políticas públicas.

Os investimentos feitos em cultura, lazer e educação, desde então, caminham no sentido de permitir que a população atendida pelo Sesc tenha acesso às diversas manifestações artísticas e culturais, principalmente de menor visibilidade e com importante valor de expressão, experimental ou tradicional.

Empregando uma metodologia que reúne diretrizes de ação cultural, de educação permanente e de educação pelo lazer, o Sesc-São Paulo congrega em seus centros culturais e desportivos diversas áreas temáticas, tais como cidadania, educação ambiental, desenvolvimento físico desportivo, artes plásticas e visuais, além de programas específicos para crianças, adolescentes e idosos, entre outros.

Missão pública e caráter não-instrumental da cultura

Embora o Sesc e outras entidades criadas com os mesmos objetivos sejam instituições privadas, ele difere de outras empresas situadas no mercado produtivo. As empresas produtivas no sentido dos lucros e ganhos não estão alinhadas à lógica de empreendimentos culturais independentes, estando bem mais próximas ao que é comercialmente mais fácil de ser explorado, seja pela aceitação do público ou dos interesses de patrocinadores.

Nesse sentido, torna-se importante que as políticas públicas permitam e estimulem uma nova ética e novas práticas da sociedade, como o bom exemplo que vem sendo dado pela cultura da responsabilidade social das empresas privadas.

A sociedade, que deve fortalecer seu sentido existencial educativo, também deve questionar os interesses e mecanismos, um pouco perversos, do marketing, da bilheteria e da banalização, que ameaçam a difusão cultural e seus significados.



A importância simbólica das expressões e manifestações culturais e artísticas, que é também resultante de um eterno exercício de olhar crítico, deve estar em destaque e acessível a todos, sempre.

As oportunidades econômicas, que tanto se evidenciam quando se discutem e planejam ações ou políticas culturais, devem ser tratadas de forma

transversal, sem o poder, contudo, de determinar tais políticas. Os objetivos da rentabilidade são, na maior parte, incompatíveis com o caráter público, não instrumental, das iniciativas culturais.

Mas a força política deve estar baseada em medidas oficiais de regulação e obrigatoriedade, ainda que seja vital que a sociedade civil proponha ações e leve a termo projetos alternativos.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CANCLINI, Néstor Garcia. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

_____. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo, EdUSP, 2003.

DUMAZEDIER, Joffre. Auto formation et la société éducative. In: *Revue Education Permanente*, Paris, oct. 1978.

FEATHERSTONE, Mike. *O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo: Sesc/Studio Nobel, 1995.



Abstract – *Regarded as public patrimony and condition for citizenship, culture must survive regardless of market mechanisms and the global process. This understanding has guided world-wide concerns on the protection of diversity, a basic demand for people's identity. According to the characteristics of our reality, new cultural policies in Brazil must be implemented as from symbolic values, taking the historic focus into account and as people's expression of the whole of existing manifestations, whether traditional or contemporary. The experience observed at Sesc-São Paulo, a private sphere entity with a public mission, discloses culture-oriented action, employing formats and contents which highlight social-educational objectives aiming at the communities assisted.*

Keywords: *cultural diversity; citizenship; cultural action; Sesc-São Paulo.*

Resumen – *La cultura, concebida como patrimonio público y condición de ciudadanía, precisa sobrevivir emancipada de los mecanismos de mercado y el proceso de globalización. Esa aseveración ha orientado las preocupaciones en varias partes del mundo sobre la protección de la diversidad, fundamental para la identidad de los pueblos. Conforme con las características de nuestra realidad, nuevas políticas culturales en Brasil deben ser hechas a partir del valor simbólico, llevándose en cuenta el punto de vista histórico, y como expresión popular del conjunto de manifestaciones existentes, tradicionales o contemporáneas. La experiencia del Sesc-São Paulo, una entidad de carácter privado con misión pública, muestra como se puede actuar en dirección a la cultura, manejando conformaciones y contenidos que favorezcan los objetivos socioeducativos enderezados a las comunidades atendidas.*

Palabras-clave: *diversidad cultural; ciudadanía; acción cultural; Sesc-São Paulo.*

